

## CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII da Lei nº 13.303/2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício social de 2026.

**IDENTIFICAÇÃO:** Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. — EGR

**CNPJ:** 16.987.837/0001-06

**Tipo de estatal:** Empresa Pública, constituída sob a forma de Sociedade Anônima

**Acionista majoritário:** Estado do Rio Grande do Sul

**Tipo de Capital:** Fechado

**Abrangência de Atuação:** Estadual

**Setor de atuação:** Administração, conservação e manutenção de rodovias

**Diretor-Presidente:** Luís Fernando Pereira Vanacôr

**Diretor Administrativo e Financeiro:** André Arnt

**Diretor Técnico:** Luís Fernando Pereira Vanacôr

**Conselheiros de Administração subscritores da presente Carta:**

- João Stefanés Machado
- Presidente do Conselho - Secretaria de Logística e Transportes
- Luís Fernando Pereira Vanacôr
- Diretor Presidente da EGR
- Rafael da Cunha Ramos
- Secretaria Geral de Governo
- Marcelo Leites Bertolini
- Casa Civil
- Cezar Augusto Gehm
- Secretaria da Fazenda Pública

Data Divulgação:

## **1. Interesse público subjacente às atividades empresariais:**

A Lei 13.303/2016 em seu Art. 8 e incisos I, III e VIII, prevê a elaboração da Carta Anual, subscrita pelo Conselho de Administração, explicitando os principais objetivos e metas da EGR para o exercício presente. A Empresa Gaúcha de Rodovias foi criada pela Lei 14.033/2012, atualizada pela Lei 14.876/2016, tendo seu Estatuto aprovado pelo Poder Executivo em 27 de outubro de 2016, conforme Decreto nº 3.276/2016.

A EGR tem por objeto social a conservação, manutenção e a implementação de melhorias na malha rodoviária do Estado, sob sua responsabilidade, bem como o planejamento para a expansão da capacidade dos serviços ofertados, de modo a qualificar a infraestrutura rodoviária gaúcha.

## **2. Atividades alinhadas com as políticas públicas:**

A EGR é uma empresa pública criada para administrar as estradas com pedágios, pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul.

A EGR administra 630,30 km de rodovias e 10 praças de pedágios. Nossas atividades estão aderentes aos objetivos acordados com o acionista controlador no Contrato de Gestão 2026.

A EGR se compromete com estratégias e ações que devem ser desenvolvidas sob a ótica da sustentabilidade, temas que, ao lado da responsabilidade, tornaram-se atuais e presentes em todos os âmbitos empresariais.

Sustentabilidade se relaciona ao fim, ou seja, aonde se quer chegar, enquanto desenvolvimento sustentável diz respeito ao meio, ou seja, à forma como se pretende chegar àquele objetivo.

A sustentabilidade visa contribuir para o desenvolvimento sustentável por meio de processos, sistemas, ou interações cujas características permitam que eles ocorram por certo período de tempo ou por tempo ou por tempo indeterminado.

Compete a EGR:

- fixar as tarifas de pedágio, seus reajustes e revisões, nos termos da legislação vigente;
- planejar e gerenciar rodovias sob a sua administração;
- promover os estudos técnicos de engenharia, financeiros, jurídicos, econômicos, sociais, ambientais e outros necessários para administração dos contratos de serviços e obras;
- propor ao Poder Executivo Estadual alternativas técnicas e econômicas para o melhoramento contínuo da infraestrutura rodoviária, assim como a avaliação e os planos de exploração e de expansão da malha rodoviária;
- cumprir e fazer cumprir as exigências contratuais e legais do Sistema Nacional de Trânsito, do órgão executivo rodoviário e do órgão executivo de trânsito que lhe forem pertinentes;
- planejar, executar, ampliar, remodelar, operar, manter, realizar obras e serviços nas rodovias sob a sua administração; e
- executar atos administrativos e judiciais para fins de desapropriação de áreas necessárias para aumento de rodovias sob a sua administração.

Nossas atividades estão aderentes aos objetivos acordados com o acionista controlador no Contrato de Gestão 2026, dentre os quais destacamos:

A Gestão Ambiental nas rodovias administradas, executada a partir do Plano Básico de Gestão Ambiental (PBA), visa atender a Licença de Operação (LO) emitida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (FEPAM), que autoriza o funcionamento das rodovias e praças de pedágio administradas pela EGR, bem como todo o arcabouço legal ambiental aplicável à operação viária. Neste projeto de Gestão contínua estão contidos os cronogramas e as metodologias para a execução de todas as atividades que visam prevenir e mitigar impactos negativos ao meio ambiente, devido à presença e operação das rodovias.

O licenciamento na fase de operação e a execução estruturada de programas ambientais no formato atual, foi executado de forma pioneira na EGR. Legalmente, todas as rodovias e estradas no país, pedagiadas ou não, devem possuir licenciamento ambiental para operação, sendo que desde o início de suas atividades, a EGR buscou a regularização ambiental de seus empreendimentos, atuando em consonância com os preceitos e legislação ambiental vigente.

A Gestão Ambiental executada na EGR, em detrimento do caráter inovador quanto às metodologias empregadas nos programas e importância estratégica nas condições ambientais do estado, foi indicada em 2019 para compor quadro de projetos do Monitoramento Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, estão vigentes 02 indicadores de desempenho (demais já foram conclusos/encerrados), ligados aos cronogramas de execução dos programas.

Neste sentido, a EGR, cumprindo as exigências ambientais para a operação de rodovias e praças de pedágio, executa as ações de gestão ambiental através de atividades distribuídas em 15 Programas Ambientais, que objetivam por sua vez reduzir os impactos negativos, potencializar os positivos e reparar possíveis danos decorrentes da existência e operação das vias. São os seguintes programas ambientais em execução:

- Programa de Monitoramento, Gestão e Supervisão Ambiental
- Plano Ambiental de Construções (PAC)
- Projeto de Sinalização Ambiental e de Segurança
- Programa de Monitoramento e Estabilização de Encostas e Taludes
- Programa de Gerenciamento de Riscos Ambientais (PGRA)
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Passivos Ambientais (PRAD)
- Programa de Gerenciamento de Áreas de Preservação Permanente
- Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar, Ruídos e Vibrações
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos
- Programa de Conservação da Faixa de Domínio e Manejo Florestal
- Programa de Proteção e Monitoramento de Fauna
- Programa de Prevenção de Acidentes
- Programa de Desapropriação e Relocação de Populações Afetadas
- Programa de Prevenção a Queimadas
- Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social (PEACS)

### **3. Metas que se pretendem atingir com o desenvolvimento dessas atividades:**

No Monitoramento Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi estabelecido a Restauração da Malha Rodoviária pedagiada e Gestão Ambiental de Rodovias Pedagiadas, Como parâmetros de monitoramento de desempenho da EGR.

A meta a ser atingida em 2026 deverá ser superior aos 80% da malha rodoviária administrada prevista Monitoramento Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pela EGR estar em bom estado.

### **4. Recursos para o custeio das políticas públicas:**

As receitas que custeiam as atividades da EGR estão previstas no Art 7 da Lei 14.033/2012, alterada pela Lei 14.876/2016 e está descrita a seguir:

“Art. 7º Constituem receita da EGR:

- I - receitas provenientes da exploração de rodovias, por meio da cobrança de tarifas de pedágio ou de serviços suplementares relacionados à exploração das rodovias e das faixas de domínio;
- II - receitas de acordos e de convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais;
- III - rendimentos de aplicações financeiras que realizar;
- IV - receitas de alienação de bens patrimoniais;
- V - receitas de aluguéis, de arrendamentos, de alienações e de quaisquer aplicações que fizer;
- VI - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;
- VII — receitas decorrentes de empréstimos e de operações de crédito;
- VIII — receitas de correntes de multas de trânsito aplicadas pelas autoridades competentes;
- IX — receitas decorrentes do uso de espaço nas praças de pedágio e de faixas de domínio, conforme alínea "d" do inciso I, do art. 5º da Lei nº 14.033/2012; e;
- X - rendas provenientes de outras fonte;

### **5. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas:**

Os impactos econômicos e financeiros estão devidamente identificados por evento e respectivo recurso, ano a ano, dentro do que representa o custeio e investimento, conforme dados do PER — Plano de Exploração Rodoviário, constante do Contrato de Gestão, assinado com a Secretaria dos Transportes, conforme prevê a legislação pertinente à matéria.

### **6. Comentários dos Administradores:**

Conforme divulgada através do Relatório da Administração em conjunto com o Balanço Anual da Empresa e a Demonstração de Resultados alcançados beneficiando a sociedade e a eficiência na gestão dos recursos envolvidos.

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, será submetida à apreciação as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, por motivo que as demonstrações contábeis de 2025, com data final para 30/06/2026, estão sendo elaboradas.

A Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR é uma empresa pública, vinculada à Secretaria de Logística e Transportes do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012) para administrar as estradas com pedágio pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul. Após 15 anos de cobrança dos pedágios privados estabelecidos através do Programa Estadual de Concessão de Rodovias (PECR), o Governo do Estado debateu com a comunidade gaúcha um novo modelo de gestão de administração das estradas e estabeleceu um sistema público de pedagiamento em trechos anteriormente privados que foram colocados sob a gestão da EGR. O novo modelo consolidado tem como diferencial a criação de mecanismos permanentes de fiscalização pública, transparência e controle social, consulta às comunidades para as prioridades para cada localidade onde há alteração de modelo e ainda a destinação de todos os recursos arrecadados para as rodovias, com o objetivo de manter e melhorar seu estado de conservação.

A arrecadação líquida dos pedágios se manteve, em 2025, no patamar de R\$ 166,0 milhões.

Tipo de Veículo		EGR - Tarifas				
		Campo Bom	Coxilha	Outras	Encantado	Serra
1	Veículos de Passeio e Utilitários com 2 eixos	3,25	6,30	6,30	5,20	7,10
2	Veículos Comerciais com 2 eixos	6,50	12,60	12,60	12,60	14,20
3	Veículos Comerciais com 3 eixos	9,75	18,90	18,90	18,90	21,30
4	Veículos Comerciais com 4 eixos	13,00	25,20	25,20	25,20	28,40
5	Veículos Comerciais com 5 eixos	16,25	31,50	31,50	31,50	35,50
<b>6</b>	<b>Veículos Comerciais com 6 eixos</b>	<b>19,50</b>	<b>37,80</b>	<b>37,80</b>	<b>37,80</b>	<b>42,60</b>
7	Veículos de Passeio e Utilitários com 2 eixos e Reboque com 1 eixo	4,85	9,45	9,45	9,45	10,65
8	Veículos de Passeio e Utilitários com 2 eixos e Reboque com 2 eixos	6,50	12,60	12,60	12,60	14,20
9	Veículos Comerciais com 7 eixos	22,75	44,10	44,10	44,10	49,70
10	Veículos Comerciais com 8 eixos	26,00	50,40	50,40	50,40	56,80
11	Veículos Comerciais com 9 eixos	29,25	56,70	56,70	56,70	63,90
12	Ônibus e Microônibus com 2 eixos	6,50	12,60	12,60	12,60	14,20
13	Ônibus com 3 eixos	9,75	18,90	18,90	18,90	21,30
14	Ônibus com 4 eixos	13,00	25,20	25,20	25,20	28,40
15	Veículos Comerciais com mais de 9 eixos	29,25	56,70	56,70	56,70	63,90


**Outras – Cruzeiro do Sul – Boa Vista do Sul – Santo Antônio da Patrulha – Viamão.  
Serra – Gramado – São Francisco de Paula – Três Coroas.**

O fluxo de veículos total em 2025 foi de 37.619.545, representando um aumento de 28,7% em relação à 2024. As intervenções em manutenção e conservação atingiram o montante de R\$ 115 milhões, o que representou 58,3 % da receita operacional líquida, inferior a 2024, esta redução devido aos eventos climáticos de maio a junho onde reduziu muito as ações devido a necessidade de realização de obras de recuperação nas estradas, dificultando a forte determinação da administração em manter o volume de recursos empregados nas rodovias da

EGR, entretanto atuamos bastante fortes e ágeis em contornar as situações adversas provocadas pelo mau tempo. A EGR atua com um quadro de pessoal de 30 colaboradores sendo 5 servidores oriundos do processo seletivo simplificado que ingressaram em julho 2024, sendo este número bastante reduzido e eficiente, sendo que a despesa de pessoal em 2025 representou 4,98 % da receita operacional.

A EGR atuou em 2025 em 630,83 km de rodovias identificadas no quadro abaixo.

A previsão orçamentaria para 2026 é de R\$ 206.972.623,70 provenientes dos ingressos de recursos com a cobrança de pedágio nas praças de pedágios.

		Quilometragem inicial e final, e extensão das rodovias da EGR pelo decretos nº 53.386 e nº 53.875			
Praça	Rodovia	Trecho	Km inicial	Km final	Extensão (Km)
Campo Bom	ERS-239	Entr. BRS-116 (P/ Novo Hamburgo) – Riozinho (Fim TRV-Mun)	13,23	88,77	75,54
Santo Antônio da Patrulha	ERS-474	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) - Entr. ERS-239 (Rolante)	0,00	32,64	32,64
Viamão	ERS-040	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Fiúza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	11,24	94,85	83,61
	ERS-784	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	0,00	14,75	14,75
Três Coroas	ERS-115	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)	0,00	41,97	41,97
Gramado	ERS-235	Nova Petrópolis (Fim TRV-Mun) - Entr. ERS-115 (Gramado)	0,00	34,64	34,64
	ERS-235	Entr. ERS-115 (Gramado) – Entr. ERS-446 (P/Caracol) (Início TRV-Mun)	34,64	42,31	7,67
	ERS-466	Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)	0,00	7,22	7,22
São Francisco de Paula	ERS-235	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) – Entr. ERS-020 (A) (P/ São Francisco de Paula)	42,31	76,32	34,01
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula	89,05	95,40	6,35
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso à Três Coroas	67,18	89,05	21,87
Encantado	ERS-130	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	69,19	97,27	28,08
	ERS-129	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaporé)	67,55	126,83	59,28
Boa Vista do Sul	RSC-453	Entr. BRS-386(B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	37,97	96,18	58,21
	ERS-128	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabai) – Entr. RSC-453 (Teutônia)	13,89	30,27	16,38
Cruzeiro do Sul	RSC-453	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	0,08	29,83	29,75
Coxilha	ERS-135	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BRS-153 (A) (P/ Erechim)	0,00	78,33	78,33
Total					630,30
		Rodovias sem Praça de Pedágio			

Em 2026 destacam-se as seguintes obras a serem realizadas:

- 1- Manutenção do pavimento da ERS 239 Entr. BRS-116 (P/ Novo Hamburgo) – Riozinho (Fim TRV-Mun)
- 2 – Manutenção do pavimento da ERS 235 Entr. ERS-115 (Gramado) – Entr. ERS-446 (P/Caracol) (Início TRV-Mun)
- 3 – Manutenção do pavimento da ERS 235 Nova Petrópolis (Fim TRV-Mun) - Entr. ERS-115 (Gramado)
- 4 – Manutenção do pavimento da ERS 466 Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)
- 5 – Manutenção do pavimento da ERS 020 Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula
- 6– Manutenção do pavimento da ERS 020 Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso à Três Coroas
- 7- Manutenção do pavimento da ERS 115 Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)
- 8 – Manutenção do pavimento da ERS 129 Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaporé)

- 9 – Manutenção do pavimento da ERS 130 Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)
- 10 – Manutenção do pavimento da RSC 453 Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul) e Implantação das interseções no km 27,2 e 29,0
- 11 – Manutenção do pavimento da RSC 453 Entr. BRS-386(B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)
- 12 – Manutenção do pavimento da ERS 128 Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabaí) – Entr. RSC-453 (Teutônia)
- 13 – Manutenção do pavimento da ERS 040 Entr. ERS-118 (P/ Passo do Fiúza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)
- 14 – Manutenção do pavimento da ERS 784 Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)
- 15 – Manutenção do pavimento da ERS 135 Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BRS-153 (A) (P/ Erechim)
- 16 - Obra do Acesso a Muçum ERS 129 km 83
- 17 – Obra da Duplicação da ERS-784, entre o km 1,0 ao km 2,5, em Cidreira
- 23- Obra da Implantação do Acostamento da ERS-040, do km 91 ao 92,2, em Balneário Pinhal.
- 24- Obra de readequação da Interseção da ERS-135, km 48, em Getúlio Vargas
- 25- Obra de readequação de acesso da ERS-135, km 75, em Erechim.
- 26 – Obra de readequação do acesso na ERS 130, km 97 em Encantado.
- 27 – Obra de readequação de acesso a Boa Vista do Sul, RSC 453 km 73 em Boa Vista do Sul
- 28 – Obra de readequação de acesso a Vespasiano Corrêa, ERS 129 km 100 em Vespasiano Corrêa
- 29 – Obra de readequação de acesso a Três Coroas, ERS 020 km 67 em Três Coroas

## **7. Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos:**

As atividades são controladas através da nomeação de fiscais para cada contrato em execução, sendo transparentes as informações sobre o seu andamento. Disponibilizamos o 0800 da Ouvidoria, como também o e-mail e telefones dos Diretor-Presidente e Diretores, para recebimento de informações e as eventuais denúncias, além de informações e link no site da empresa.

## **8. Fatores de riscos:**

Em se tratando de administração de rodovias, fatores climáticos podem levar a demandas não previstas no planejamento anual, como de fato já ocorreu, por exemplo, o escorregamento na ERS — 115, km 27 e 29, no ano de 2015 e galeria na RSC – 287, km 153 + 300, o pontilhão na ERS 474 km 3,5 e a própria praça de pedágio de Encantado da durante o ano de 2015, 2017

e 2023. No ano de 2024, a EGR executou obras emergências, tais como a Ponte da ERS-130. Nos contratos de execução de obras, de acordo com a peculiaridade de cada uma, encontra-se anexo um mapa da previsão de riscos, com o estabelecimento de responsabilidades de cada uma das partes (contratante e contratado). Cada contrato tem sua matriz de risco específica, conforme modelo abaixo:

### Matriz de Risco

Os projetos e as obras de engenharia com foco na gestão de contratos, seguem uma sequência determinada pela legislação em vigor, que vai desde o estudo de sua viabilidade técnica na fase preliminar, passando pelo projeto e chegando até o processo de encerramento mediante o recebimento definitivo, após a conclusão, da execução da obra. Para evitar as falhas e irregularidades diagnosticadas nas auditorias realizadas em procedimentos, este anteprojeto apresenta um estudo sobre a gestão do contrato, centralizado no gerenciamento de risco, buscando minimizar as ocorrências das falhas, irregularidades e dos correlatos impactos nos resultados e metas deste projeto.

Foi realizado estudo sob o gerenciamento de um contrato de projetos, obras e serviços públicos, sob o foco do gerenciamento de riscos, cujas probabilidades de ocorrência e dos respectivos impactos nos resultados dos projetos foram mensurados e avaliados, mediante a técnica metodológica adotada apresentada a seguir, esta matriz de risco orientará os trabalhos desenvolvidos para projetos contratados por esta empresa estatal.

EXTREMO	MEDIO	VULNERABILIDADE				
		1 MUITO BAIXO	2 BAIXO	3 MEDIO	4 ALTO	5 MUITO ALTO
ALTO	BAIXO					
IMPACTO	5 MUITO ALTO	5	10	15	20	25
	4 ALTO	4	8	12	16	20
	3 MEDIO	3	6	9	12	15
	2 BAIXO	2	4	6	8	10
	1 MUITO BAIXO	1	2	3	4	5

EXECUÇÃO DE OBRAS	Item de serviço	Riscos associados	Competência	Prob.	Impacto	NR(PxI)	Resposta/ Ação
Terraplenagem	Limpeza e desmatamento	Acréscimo de volume de material de limpeza, com adicional de carga, transporte e disposição.	Contratado	3	2	6	Controlar seu desenvolvimento
	Escavação, carga e transporte de material	Acréscimo ou redução de volume previsto no projeto em função da possível alteração geométrica.	Contratado	3	3	9	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
	Solos inservíveis	Acréscimo ou redução de volume previsto no projeto, e o decorrente ajuste de transporte e reposição de material qualificado.	Contratado	2	2	4	Controlar seu desenvolvimento
	Material de jazida e todas suas licenças	Mudança da origem de material, ou acréscimo das quantidades para depósito, ou alteração do número de fontes e obtenção de licenças e o transporte e demais disposições.	Contratado	3	4	12	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
	Perda de serviços	Refazimento de serviços concluídos e/ou bloqueados, perdidos por questões climáticas.	Contratado	2	2	4	Controlar seu desenvolvimento
Pavimentação	Jazida/Pedreira	Mudança da origem (indicada) dos materiais, ou acréscimo do número de fontes;	Contratado	3	3	9	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
	Desvios de tráfego	Custos adicionais para manutenção e operação de desvios de tráfego.	Contratado	2	2	4	Controlar seu desenvolvimento
Sinalização	Sinalização provisória - fase de obras	Acréscimo de quantitativo adequar ao ritmo e à sequência construtiva da obra.	Contratado	3	3	9	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
Drenagem	Complementação de sistema de drenagem	Drenagem complementar não prevista em projeto, aumento de quantitativos de drenagem	Projetista e adm. publica	2	3	6	Controlar seu desenvolvimento
	Desvios de redes públicas	Aumento de quantitativos e extensão de prazos	Projetista e adm. publica	3	3	9	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
	Alteração de projeto para adequação da execução	Aumento ou redução de quantitativos do sistema de drenagem.	Contratado	2	4	8	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
	Escavação, reaterro e berço de tubulações	Aumento de quantitativos e extensão de prazos	Contratado	2	3	6	Controlar seu desenvolvimento
Obras Complementares	Implantação de defesa metálica	Acréscimo de quantitativos para pontos críticos, não identificados no Anteprojeto.	Contratado	2	2	4	Controlar seu desenvolvimento
	Execução de muros de contenção	Acréscimo de quantitativos para pontos críticos, não identificados no Anteprojeto.	Contratado	2	3	6	Controlar seu desenvolvimento
Interferências	Linhas de energia (redes de alta e baixa tensão) telecomunicações e saneamento - remanejamento	Remanejar interferências além daquelas claramente previstas no Edital, seus Anexos e no Critério de Pagamento;	Projetista	2	4	8	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
	Linhas de gás, fibra ótica e telecomunicações	Remanejar interferências além daquelas claramente previstas no Edital, seus Anexos e no Critério de Pagamento;	Projetista	2	4	8	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
	Linhas de transmissão - remanejamento	Remanejar interferências além daquelas claramente previstas no Edital, seus Anexos e no Critério de Pagamento;	Projetista	2	4	8	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
	Linhas de energia, redes de telecomunicações e saneamento - interferência executiva	Alterar sequência construtiva, devido à reprogramações nos remanejamentos de redes de interferências.	Contratado	2	4	8	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
Obras-de-Arte Especiais	Infraestrutura	Aumento de volume/comprimento das fundações, por oscilação das peculiaridades encontradas em campo, que diverjam do Anteprojeto;	Contratado	2	5	10	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
	Outros elementos de OAE	Ajuste nos métodos construtivos, e/ou insumos e serviços.	Contratado	2	3	6	Controlar seu desenvolvimento

		Item de serviço	Riscos associados	Competência	Prob.	Impacto	NR(Px)	Resposta/ Ação
EXECUÇÃO DE OBRAS	Meio ambiente e paisagismo	Condicionantes ambientais - áreas de apoio	Necessidade de obtenção das licenças de instalação das áreas de apoio e captação de água.	Contratado	2	2	4	Controlar seu desenvolvimento
		Revestimento vegetal	Acréscimo de área tratada com revestimento vegetal, ou mudança de processo construtivo e/ou insumos aplicados.	Contratado	2	3	6	Controlar seu desenvolvimento
		Condicionantes ambientais - áreas de apoio	Necessidade de obtenção das licenças de instalação das áreas de apoio e captação de água.	Contratado	2	2	4	Controlar seu desenvolvimento
		Revestimento vegetal	Acréscimo de área tratada com revestimento vegetal, ou mudança de processo construtivo e/ou insumos aplicados.	Contratado	2	3	6	Controlar seu desenvolvimento
		Licenças ambientais	Risco de não obtenção das licenças.	Adm. Pública	2	2	4	Controlar seu desenvolvimento
		Notificações pela FEPAM	Riscos ambientais oriundos de negligência na execução da obra.	Contratado	3	4	12	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
	Demais serviços	Custos e atrasos decorrentes de problemas arqueológicos	Localizados objetos e/ou sítios arqueológicos que aumentam o custo da obra e/ou atrasam sua execução.	Adm. Pública	2	2	4	Controlar seu desenvolvimento
		Ajuste de escopo	Adequação no escopo da contratação, incluindo, entre outros: - extensão de ruas laterais; - acréscimo ou extensão de áreas de OAE's previstas.	EGR Mediante Interesse Administrativo	2	4	8	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
	Geral	Roubos ou furtos nos locais de execução do objeto licitado	Aumento nos custos e necessidade imediata de contratação de seguro de equipamentos e materiais para obra	Contratada	2	4	8	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
		Obrigações trabalhistas	Riscos com demandas trabalhistas, acidentes, fornecimentos de epis, ações, despesas, atendimento as leis vigentes	Contratada	3	5	15	É necessário algum tipo de ação para diminuir a ocorrência de risco ou adotar uma nova abordagem.
		Comoções sociais	Riscos de comoções sociais, tumultos ou protestos públicos que atrasam as obras ou impeçam a prestação do serviço	Contratada	2	2	4	Controlar seu desenvolvimento
		Remuneração	Aumentos nos custos com salários não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas ensejando aumentos superiores aos índices de reajustes contratuais	Contratada	2	2	4	Controlar seu desenvolvimento
		Frete / fornecimento / transportes	Riscos nos transportes dos equipamentos (atrasos, acidentes, riscos de importação)	Contratada	2	2	4	Controlar seu desenvolvimento
		Instalações circunvizinhas	Risco de danos físicos a instalações circunvizinhas	Contratada	2	4	8	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
		Licenças ambientais	Risco de não obtenção das licenças	Adm. Pública	2	2	4	Controlar seu desenvolvimento
		Notificações pela FEPAM	Riscos ambientais oriundos de negligência na execução da obra.	Contratada	3	4	12	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
		Desapropriações	Risco de atraso nas desapropriações refletindo na obra.	Adm. Pública	1	2	2	Controlar seu desenvolvimento
		Gestão e desenvolvimento de pessoas	Gerenciamento e administração inadequado ou falta de profissionais do contrato qualificados	Contratada	2	3	6	Controlar seu desenvolvimento
		Cronograma - Erro na estimativa de tempo do objeto licitado	Aumento nos custos de implantação, Contratação semi-integrada – responsabilidade da solução de engenharia do contratado; Não pagamento se os níveis de serviço não forem atingidos;	Contratada	2	4	8	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível
		Mudanças de especificações no projeto executivo	Modificação das especificações de serviço com acréscimo ou redução de valores através de aditivos contratuais	Projetista	3	5	15	É necessário algum tipo de ação para diminuir a ocorrência de risco ou adotar uma nova abordagem.
Alteração das especificações de serviço com ampliação ou redução do escopo	Modificação das especificações de serviço com acréscimo ou redução de valores através de aditivos contratuais	Adm. Pública	3	4	12	Há necessidade de monitoração ativa e redução do risco onde possível		
Obra com sinalização inadequada e ineficiente.	Prejuízos causados a terceiros pelo privado em virtude da execução do objeto licitado fora das normas e leis vigentes	Contratada	3	5	15	É necessário algum tipo de ação para diminuir a ocorrência de risco ou adotar uma nova abordagem.		

OBS.: Serão levados em consideração os Itens de serviço constantes da matriz acima, compatíveis com os serviços do empreendimento.

## 9. Remuneração:

A remuneração dos administradores e dos servidores não sofre alterações pelo atendimento de metas ou indicadores, coletivos ou individuais, não havendo distribuição de lucros ou bônus.

## 10. Outras Informações:

Em maio de 2019, o Estado do Rio Grande do Sul firmou Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dando início a um processo de estruturação de projetos de desestatização conduzido de forma conjunta entre o Estado e o Banco, no âmbito do qual se consolidou a identificação preliminar de oportunidades para concessão de rodovias.

Na sequência, em janeiro de 2020, foi celebrado contrato específico com o BNDES para a estruturação de projeto de concessão de 1.151,6 km de rodovias estaduais, abrangendo trechos sob administração da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) (759,83 km) e do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) (393,6 km).

As rodovias foram divididas em três blocos, a saber:

- O Bloco 1 reúne as rodovias ERS-020, ERS-040, ERS-115, ERS-118, ERS-235, ERS-239, ERS-466, ERS-474 e ERS-010, com abrangência estimada de 13,3% da população do Estado.
- O Bloco 2 contempla as ERS-128, ERS-129, ERS-130, ERS-324, RSC-453 e ERS-135, alcançando aproximadamente 17,5% da população gaúcha.
- O Bloco 3 compreende as ERS-122, ERS-240, RSC-287, ERS-446, RSC-453 e BR-470, com cobertura estimada de 12,6% da população.

Em 22 de dezembro de 2022, foi formalizada a contratação do Bloco 3, dando início à sua etapa de implementação contratual.

No âmbito da estruturação do Bloco 1, a consulta pública foi concluída em dezembro de 2025, permitindo o aprimoramento da modelagem a partir das contribuições recebidas da sociedade, dos usuários e dos agentes de mercado para posterior publicação do edital.

Por fim, quanto ao Bloco 2, registra-se que o processo licitatório realizado em 03 de junho de 2026 restou deserto, indicando a necessidade de reavaliação das premissas de estruturação e das condições de atratividade do projeto, de forma a assegurar sua viabilidade em eventual relançamento.

Porto Alegre, 25 de junho de 2026.

## **MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EGR**

- João Stefanés Machado
- Presidente Secretaria de Logística e Transportes

- Luís Fernando Pereira Vanacôr
- Diretor Presidente da EGR

-

- Rafael da Cunha Ramos
- Secretaria Geral de Governo

- Marcelo Leites Bertolini

- Casa Civil

- Cezar Augusto Gehm

- Secretaria da Fazenda Pública